

Convivência: Que Dispositivo é Esse?

Acquaintanceship: What Device Is This?

Mário Francis Petry Londero¹

Felipe Nunes Vargas²

Resumo: A partir da prática clínica conhecida como Acompanhamento Terapêutico, desenvolvemos um trabalho grupal que se sustenta na convivência. Tendo como proposta dispor encontros entre diferentes modos de existir, experimentando compor e criar formas de viver com o outro. O contexto de convivência possibilita que acompanhamos modos de ser, agir e pensar numa composição em ato. Seus integrantes são, em sua maioria, oriundos de abrigos asilares que, por variados motivos, se encontram empobrecidos em seus modos de habitar o mundo. Enquanto acompanhantes terapêuticos seguimos os fluxos de intensidades ali produzidas, traçando rotas desejantes em meio a percepções que vão se criando, primando sempre pela possibilidade de convivência entre seus vários protagonistas.

Palavras-chave: grupo de convivência; instituições de abrigo; hospitalidade; invenção.

Abstract: From the clinical practice known as Therapeutic Assistance, we developed a work in group that stands in the acquaintanceship. Having as a proposal, paired encounters between different modes of existence, trying to compose and create ways to live with each other. The context of acquaintanceship allows us to follow the ways of being, acting and thinking in a composition in act. Its members are mostly from shelter institutions, which for various reasons, are impoverished in their ways of inhabiting the world. As therapeutic assistants, we follow the flows of intensities produced there, mapping desiring routes that are being created among perceptions, always emphasizing the possibility of coexistence between its various protagonists.

Keywords: acquaintanceship group; shelter institutions; hospitality; invention.

Ato 1. Instituições Para Abridados ou Obrigados?

Este artigo tem como objetivo produzir uma discussão sobre a exploração de um dispositivo clínico que denominamos como grupo de convivência. Tais grupos vêm sendo realizados há mais de quatro anos num espaço que articula a clínica com produções culturais e suas possíveis articulações de convivência.

¹ Mestre do Programa de Pós Graduação em Psicologia Social e Institucional - UFRGS. Grupo de pesquisa INTERVIRES: loucuras fazendo redes. E-mail: francislonder@hotmail.com

² Mestre do Programa de Pós Graduação em Psicologia Social e Institucional - UFRGS. E-mail: felipenunesvargas@hotmail.com

Nesse sentido, entendemos que a força do dispositivo enquanto agenciador de encontros nos grupos está em seu grau de potência ativa, em “sua capacidade de irrupção naquilo que se encontra bloqueado de criar”, se desfazendo “dos códigos que procuram explicar dando a tudo o mesmo sentido” (BENEVIDES, 1997, p.97). Dessa maneira, o dispositivo é um ‘tensionador’, um lugar de produção de afecções que propõe a cada integrante compor modos de estar a partir de suas vivências, no qual é afetado ao mesmo tempo em que gera efeitos no processo grupal em que está a atuar. Trata-se de um conviver enquanto viver com, um processo de criação que parte das singularidades que se efetivam na movimentação entre diferentes sujeitos, que fazem suas potências oscilarem sobre um meio expressivo comum. Por isso cada encontro acaba pondo em jogo forças que se tensionam e forçam à invenção.

O grupo de convivência é um enquadre terapêutico que parte do ato de conviver, sendo, a partir disso, permitida a articulação de expressividades existenciais que compõem um fazer autogestivo. De modo geral, objetiva-se tecer uma situação comum entre todos que interagem no grupo, um interferindo no campo corporal do outro. Essa situação comum se sustenta no profundo respeito a autonomia daquele sujeito sobre seu desejo, seguindo uma ética que prioriza a expressão autônoma e não simplesmente uma adequação, um fazer adaptado. Cabe ao sujeito e, apenas a ele, partir para uma composição, caso contrário, seria apenas uma adaptação, a qual os gestos de cada integrante ficariam submissos.

No entanto, a sutil manobra de forçar a natureza é relativamente comum dentro dos estabelecimentos nos quais a maioria dos abrigados que compõem o grupo reside. Tendo na gênese de uma autoridade rígida, a maneira de controlar e homogeneizar seus moradores em suas fragilidades e necessidades. O autoritarismo - a expressão desse modo imposto de subjetivar - força, obriga e assusta através de atos violentos no intuito de produzir domesticação. Nesse contexto, os abrigados são historicamente taxados de impotentes, incapazes, seres frágeis e fracassados que não fazem nada direito. Como nos “internamentos no período clássico” da sociedade ocidental, os quais destinaram-se aos “vagabundos, pobres, desatinados e doentes”, a saber, para todos aqueles que não se enquadravam dentro da constante demanda ordenada pelo sistema industrial em ascensão (FOUCAULT, 2008, p. 410).

Dessa forma, as armas expressivas dos abrigados que resistem a esse autoritarismo homogeneizante compõem-se de um leque de sintomas colocados em fugas, gritos e agitos. O preço dessa resistência sintomática é muito alto. As contenções, as violências, as obrigações, a própria raiva que circula nas equipes de cuidadores contra aqueles que incomodam são um alerta do apodrecimento institucional. Tudo isso decorre de certos modos de relação que vão crescendo e se formando dentro do corpo de cada um dos abrigados e funcionários.

De tal feita, todos compactuam com certo *modus operandi*. Os residentes de abrigos formam um tecido sócio-existencial excluído, no qual suas fragilidades são tratadas sob modos de controle e exclusão. Tal submissão do ser fragilizado, antes de tudo se dá no corpo e em suas sensações, nas vontades, ânimos e apetites. A grande função que se enfraquece nesses meios coercivos de subjetivação é o ato criativo, em outras palavras, a vontade de viver. A força e o medo das punições acabam por tornar o ambiente restritivo à invenção. O ato criativo seria como um criador de “descontinuidades”, interrupções neste fluxo do mesmo, “[...] neste abismo que o discurso reitera sobre a segurança que perderemos diante do risco” (SOUSA, 2008, p.03). Sendo assim, o que fica impedido é o ato da diferença, dos enlaces criativos que dão potência às singularidades. Nessa produção anestesiante, perde-se a sutileza do gesto de criar a própria vida em suas invenções de si, fortificando dessa maneira o discurso autopunitivo de controle, garantindo a segurança dos estabelecimentos em suas normatizações.

Entendemos que tal conduta de controle, encenada dentro e fora das instituições de abrigo, é diminuidora da potência dos corpos, pois, o uso da força para lidar com a selvageria do corpo, oferece o risco de mortificá-lo em benefício de uma suposta calma que os sujeitos docilizados passam a ter em seus comportamentos. Entretanto, nesse trabalho que tentamos elaborar se entende que o sujeito se excita, se delimita e se constrói a partir dos encontros, principalmente, ampliando sua alegria diante de tais contatos.

Spinoza, na leitura Deleuziana, comenta que o encontro de corpos evoca intercâmbios de sentidos que são experimentados como bons e/ou maus. “No encontro ao acaso entre corpos podemos selecionar a idéia de certos corpos que convêm com o nosso e que nos dão alegria, isto é, aumentam nossa potência.”, ou, por corpos que nos proporcionam tristeza e nos despotencializam (DELEUZE, 1997, p.163). Tratam das potências que excitam-se ou retraem-se nos encontros.

Contudo, por sua absoluta singularidade, é muito difícil generalizar o que convém a cada corpo. Mas, a alegria e o prazer de viver são elementos essenciais da idéia de saúde evocada pelo filósofo. Os maus encontros envolveriam mais do que a tristeza, produziriam propriamente a desvitalização dos ânimos. Ocasionalmente mais do que um mal-estar em vida, ou seja, uma perda da vontade de viver, agir e inventar.

No intuito de pensar sobre as questões que envolvem os grupos de convivência junto aos estabelecimentos de abrigamento, comentaremos um acontecimento que envolveu o trabalho nos grupos e sua repercussão no cotidiano dos abrigados junto às suas residências. Um movimento que em nossa proposta de convivência seria absolutamente normal, mas, que provocou na época um mal-estar num dos abrigos.

Nos grupos de convivência é prática corriqueira que os integrantes possam abrir a geladeira para pegar água e mesmo alimentos para o lanche, fato que nos abrigos nunca fora realizado sem a supervisão de um monitor ou funcionário da cozinha. A partir dessa prática propiciada nos grupos, os abrigados começaram a se sentir capazes de realizar as mesmas ações em seus espaços domésticos, gerando reclamações em alguns extratos da organização da casa. Então, ao ficarmos sabendo das queixas do abrigo, pensamos sobre esse processo de interferência que estaria ocorrendo diante das geladeiras. Uma espécie de ressonância das experiências que vinham ocorrendo nos grupos de convivência. Talvez, o protagonismo diante da comida, também, passasse a circular na residência dos abrigados. Algo interessante se avaliarmos como uma iniciativa de autonomia.

Contudo, as razões para não permitir a abertura da geladeira pelos abrigados eram: como deixar que todos eles abram a geladeira? Os outros também vão querer! Como então mexer nessas questões tão duras dos movimentos de homogeneização dos comportamentos? Podemos analisar o quanto é difícil de movimentar-se nas fôrmas que são esses grandes abrigos para o processo de subjetivação de seus residentes:

Aquela impressão inicial de um certo percurso conformista do desejo aproxima-se, cada vez mais, de uma constatação. Incômoda constatação, já que, também progressivamente, as formações institucionais como fôrmas desejantes, capturando as formas mais lineares e homogêneas com que o desejo se apresenta. E agora com que forma ele ficou? “Com-forma” de algumas fôrmas que se lhe apresentaram!

Conforme as instituições prescrevem que se deve desejar: ser bom filho, bom aluno, bom colega, bom cristão. Tudo “nos conformes”!? (PAULON, 2006, p.130)

Essa conformidade aniquiladora do desejo está sempre à espreita nos cuidados de abrigagem. Entretanto, devemos-nos perguntar, por que procuram atendimentos para seus residentes com o pedido de que eles necessitam de mais autonomia? Será que desejam essa autonomia? Será que vislumbram o que envolve uma autonomia?

Num primeiro momento, ao nível do discurso institucional, desejam e sabem o que seria autonomia. No entanto, o que demonstram os funcionários em atos e falas em relação ao cuidado que efetivam são sentimentos submetidos a uma ordem, a uma lógica que lhes incomoda/acomoda. Estão como reféns de um sistema, sofrendo pressões para reproduzirem funções. Como seria perceber seu trabalho de cuidadores de outra forma? Será que é realmente mais fácil lidar com abrigados obrigados e homogêneos do que se ver promovendo brechas para irrupções de diferenças entre os moradores e trabalhadores? Parece que a mínima experiência assusta, pois, difere do que está posto, produzindo fantasias de bagunça e caos. Entretanto, como produzir sujeitos autônomos sem a mínima disponibilidade de que os mesmos possam expressar suas diferentes necessidades e intenções?

Como horizonte, tentamos sempre manter a atenção no que surge de inesperado do desejo, seja ao abrir a geladeira atrás de comida, ou ver alguma coisa na janela que encanta. Falar com alguém Tateando uma conversa, fazer música, tomar um chimarrão entre outros. Esse é o plano da clínica nos grupos de convivência.

Como seria para eles se pudessem ter essa liberdade de criar em suas vidas diárias? Ao serem proibidos de realizar coisas simples devido ao medo da desordem, certas sintonias se desfazem - embotam. Os modos se tornam bizarros, empobrecidos, ensimesmados. Não é fácil estar cuidando de pessoas tão ‘desumanizadas’. Pior ainda tornar-se um desumanizador, um desanimado: (dês)sensibilizar-se para certos gestos como medo, dor e agonia. Sentir a impotência de estar tendo que sobreviver em meio à precariedade passiva da vida em suas relações.

O que fica claro é que no trabalho dos grupos de convivência, não se pode nunca deixar de lado os atravessamentos institucionais que permeiam a produção do desejo. Da mesma forma, não se ataca uma cultura institucional como se fosse uma guerra. As verdades e

necessidades se transformam quando experimentadas e entendidas, problematizadas e produzidas. A alternativa é sair da dualidade entre aceitar ou negar as instituições para abrir-se a possibilidade de outros tipos de composições:

[...] a sensação de que as instituições são territórios contaminados e que, por isso, nada se deve investir nela cumpre, muitas vezes, um papel defensivo. Esse tipo de sensação é, a meu ver, uma espécie de avesso do deslumbramento com a instituição, que caracteriza a “libido burocrática”. Na verdade, essas duas atitudes satisfazem uma mesma necessidade, que é a de usar as formas vigentes, o instituído, como parâmetro único e exclusivo na organização de si mesmo. Evitando assim sucumbir ao perigo de esfacelamento que poderia estar sendo acarretado por qualquer espécie de mudança. São dois estilos de simbiose com a instituição: um de “grude” e identificação (quem adota esse estilo calca sua identidade no instituído) e outro de repulsa e contra-identificação (quem adota esse estilo calca sua identidade na negação do instituído, como se houvesse um “fora” das instituições). (GUATTARI; ROLNIK, 1999, p.87)

Como explicitado acima, a operação terapêutica não passa por comprar uma briga junto aos estabelecimentos responsáveis pelos integrantes dos grupos de convivência, mas, sim, por atuar junto a esses locais olhando para suas possibilidades de desvio. Estamos todos no mesmo barco, com diferentes implicações no entre do processo, tentando criar novas formas de ser e habitar os espaços e as relações institucionais.

A análise e intervenção de nossa equipe ocorrem na micropolítica da convivência. Ou seja, nas composições que permitem brechas para o desejo em meio às práticas instituídas de cuidado, produzindo contaminações junto aos abrigados que vão questionar/construir o seu lar e que, com isso, podem gerar mal-estar naqueles que os cuidam. Mesmo que necessitem conviver com certos graus de exceção até que se encontre um modo comum de viver.

Por isso, se nossa prática articula-se nesse encontro entre as formas de vida institucionalizadas e os rompantes de desejos que pedem a todo o momento passagem e expressão, como manter em nosso horizonte a possibilidade de criação que a convivência engendra? No caso, é através dos grupos de convivência que entendemos haver possibilidades de novas relações entre os abrigos-residênciais e seus moradores, numa “[...] reconquista de um grau de autonomia criativa num campo particular que invoca outras reconquistas em outros campos.” (GUATTARI, 1997, p.56). O certo é que se faz necessário desassossegar as formas instituídas até então.

Ato 2. Hospitalidade: Aconchegos e Desassossegos

Como se o lugar que estava em questão na hospitalidade fosse um lugar que não pertencesse originalmente nem àquele que hospeda, nem ao convidado, mas ao gesto pelo qual um oferece acolhida ao outro [...] (DERRIDA, 2003, p. 55)

Anunciado o cenário de nossa intervenção, gostaríamos de trazer à cena um olhar ético-estético-político que atravessa todo o processo de acompanhar o conviver. O dispositivo dos grupos de convivência, enquanto processo que tensiona formas de habitar os territórios existenciais de cada sujeito, somente se faz possível através de uma abertura de portas que propicia aconchegos necessários àqueles que vêm ao espaço. Tendo em vista que a convivência só é possível através do comum entre territórios, pensar o ato de hospitalidade como passo primeiro para receber um vivente, é tarefa que se impõe em nossa ética clínica.

Buscando ressonância com o pensamento de Jacques Derrida vislumbramos justamente no exercício da “[...] hospitalidade a possibilidade de acolhida ao outro que vindo a nós, enquanto estrangeiro”, nos provoca o conviver (DERRIDA, 2003, p.61). O filósofo francês através da análise da etimologia dos termos hóspede e hospedeiro, propõe um ponto de encontro no qual ambas acepções, outrora opostas, comungam da mesma raiz latina, *hostis*. Algo como a hostilidade inerente em todo ato de hospitalidade, a saber, a inevitável invasão que sofremos face ao estrangeiro, seja ele o anfitrião ou o hóspede. Sua preocupação reside, a partir de então, em que se reflita o exercício da hospitalidade como ato paradoxal ético-político fundamental em nosso convívio social.

Se abordarmos a trama a partir de mais esse estrato de composição, vemos como a questão da moradia, de fato, se impõe durante todo processo terapêutico; quando se é abrigado, onde pode-se estar/sentir-se em casa? A estrangeiridade institucional, portadora de múltiplos rostos, vez por outra, se impõe aos territórios que estes sujeitos teriam como seus, impossibilitando uma apropriação sensível da autonomia. Se meu gesto, meu corpo, é minha casa, como entender uma habitação que me obriga a agir desse ou daquele modo sem possibilidades de invenção de si mesmo?

Conviver pressupõe um aconchego que cada sujeito articula com o estar em sua moradia, um sentir-se em casa fundamental, para inevitavelmente sofrer desassossegos e explorar territórios inauditos. O processo de acompanhar o convívio implica, portanto, esse abrir e fechar de portas em constante variação. Eis a frase que tanto repetimos no início dos

grupos, que provoca um desassossego de cada um frente às possibilidades de afirmação de modos: E ai, o que vamos fazer hoje?

Por vezes, a ânsia de acomodar a todos no mesmo lugar, provém tanto dos terapeutas quanto dos cuidadores em seus atravessamentos institucionais que maquinam uma subjetivação homogênea. Ao mesmo tempo que aconchega seus moradores em um modo geral, em outro sentido, exclui qualquer diferença. Espaço aconchegante, em detrimento da afirmação das singularidades.

No entanto, a questão que Derrida nos apresenta e que se impõe em nosso cotidiano é que no ato de hospitalidade existe uma abertura incondicional ao outro, que é um convite à afirmação de diferentes potenciais. Uma vez que este visitante sempre carrega consigo sua proveniência e história. Caracterizaríamos essa segunda alternativa como uma produção de um aconchego desassossegado, através do qual se pode alcançar certa autonomia, certa situação original de composição em um grupo de convivência. Destarte, o aconchego que antes parecia incômodo passa a ser realmente prazeroso e potente na descoberta de poder e querer ser mais a partir do encontro de possibilidades. Um constante desassossegar-se acompanha toda experimentação.

Ato 3. Método da Experimentação

Em uma tarde ensolarada de sexta-feira, na correria do dia-a-dia, passeávamos pelas ruas das redondezas próximas a casa em que os grupos aconteciam. Um bando se move. Um bando de gente, em um bando de forças, um grupo, que em suas andanças percorria os espaços da rua com um furor de quem não costuma ter muitas chances de realizar tal caminhada. O grupo vai explorando a convivência com as coisas. A coexistência, a conveniência, tocando nas coisas que passam, nos bebês dentro dos carrinhos levados por suas mães, nos cachorros deitados na praça. Falam com os transeuntes, se afetam, se expressam, vivem.

Nesse vagar comum, chegamos até um dos pontos preferidos para uma parada: o armazém da esquina. De salto, na porta do armazém, uma integrante do grupo de convivência é acometida por um frenesi. Uma súbita agitação, uma excitação, um nervosismo, um atento desespero que a levava a lutar para se alimentar. Mais do que apenas defender seu alimento,

obtê-lo, na medida de seu desejo. Bolacha - ela insiste - bolacha, bolacha [...] E isso vira um hino, um terço, um fio repetitivo que sustenta uma vontade, uma urgência tão necessária que a coloca em total prontidão física para o ataque e a luta em busca de sua bolacha. Incontida ela avança no pacote o agarrando com firmeza. Olha-nos com enorme desconfiança. De imediato, quase sem perceber, rimos, achamos engraçada a expressão de tal selvageria por uma bolacha – é engraçado ver tanto desespero por uma coisa tão banal: comer uma bolacha. Para quê tanto desespero por uma bolacha?

- Calma guria, a bolacha taí, não te assusta. Toma, ninguém vai roubar ela, pode levar na tua mão, (risadas). Bah, mas essa bolacha deve ser das boas, me dá uma? Me dá uma que eu te dou uma dessas que tenho aqui.

Logo, sem reprimendas maiores, não se dá seguimento à cena de ataque e ameaça, uma ressonância agressiva se transforma em humor. Acabamos por brincar com aquele enorme desespero que se depositava em algo tão simples, produzindo um sentido de alívio naquela ansiedade. Medo e graça em paralelo diante de uma mesma situação. Ela olha ainda desconfiada, mas, já esboçando um sorriso. Parecendo entre brincadeira e temor pensar: será que ele vai me tirar a bolacha?

O humor desloca a percepção e faz do ato de viver uma cena, um recorte estético que faz acontecer, faz do fato uma proliferação de sentidos nas diferentes perspectivas que experimentamos. De fato, experimentamos o “acontecimento” em sua potência expressiva (DELEUZE, 2003, p.79). Que sentidos pode haver no que acontece? Assim, uma ansiedade que só tinha uma rua estreita para se expressar ganha aberturas em meio as risadas. Torna-se legítimo o apavorar-se, o desconfiar, e até mesmo o arrancar da mão aquilo que parece ameaçar. Contudo, que sentidos pode haver nessa abertura para atos experimentativos?

Essa produção de sentidos envolve operações de troca, compartilhamento de positividade, atos e atitudes que geram um algo onde encontrar-se. Ela come, nós comemos. Um alimenta o outro numa brincadeira de ensaiar-se nas relações. Seu passo é olhado e respondido, como um acordo de coexistência, de confluência, de conveniência, um comum que varia em cada um.

Ensaia-se, pois, em uma hospitalidade que muitos nunca tiveram em suas casas. Quiçá fora delas. Que segurança é essa que precisamos para experimentar o mundo? Que hospedagem é essa que abrande o terror que se dramatiza em nós? Como encontrar-se com o hóspede indesejado que acompanha nossas fragilidades e perigos?

Diante disso, haveria na expressão do conviver uma intervenção possível? Um recorte dos atos dramáticos que conduzem de uma cena de vida para outra, fazendo direções, gerando roteiros e desenrolando papéis, por sobre destinos e fatalidades. Esse ou aquele personagem, no meio da praça, da peça, no palco da própria vida coexistindo entre tantos. Atores operando entre protagonismos diversos. A integrante do grupo, no exemplo acima, estava pronta para se defender e lutar, mas, acabou ficando amiga do que a ameaçava. Achando graça quando o ladrão de bolacha lhe propõe uma troca, uma brincadeira, uma bolacha por outra. O teor da peça muda, a atmosfera ganha leveza, cativa e passa a atrair o contato e não mais a repulsa.

O terapeuta por vezes parece atuar com olhos de diretor, de vez em quando se desesperando com as constantes mudanças de rota que a vida apresenta. Não podendo parar a cada cena para retomar, apenas lhe restando a possibilidade de embarcar no que acontece, tentando acompanhar o acontecimento em rumo. Ou seja, o diretor - homem do teatro - na clínica, se coloca como um “operador”, envolvendo-se em um “teatro-experimentação”, na qual a vida é dramatizada nos agenciamentos que operam entre os envolvidos (DELEUZE, 2010, p. 29).

Nesse ponto, buscamos na “arte um método de dramatização”, no qual o fluxo de variações de sentido ganha palco expressivo, tanto no pensamento como nas atitudes (DELEUZE, 1997, p.107). A dramatização faz aparecer os jogos de tensão entre as forças que atuam sobre os meios expressivos. Por isso, a convivência surge como enunciação do encontro entre alteridades que entram em contato. Mal pode ser prevista, dá-se como um intempestivo, exigindo do terapeuta mais do que preparação prévia, certa prontidão para o imprevisto, uma atenção sensível aos efeitos sensoriais, imaginários e corpóreos que entremeiam surpresas, repulsas e excessos³.

³ Compartilhamos da ideia de Birman (2000) sobre os excessos como a própria intensidade processada pelos agenciamentos das máquinas desejantes, ou seja, os encontros de corpos são sempre excessivos em suas intensidades.

Seria então o caso de se usar a arte da dramatização como dispositivo clínico? Construir peças de teatro, formar grupos de trabalho e produção artística? Seria este o foco de um grupo de convivência? Seria esta a contribuição da arte para a clínica? Não exatamente. Trata-se mais de poder conceber as expressões dos modos de existir que aparecem na convivência como matéria estética. E, quem sabe considerar que os modos expressivos da arte – dramatizar, fazer música, desenhar, pintar e criar histórias – são capazes de estar agenciando o ato de conviver, criando meios de ampliar as formas de existir. Seria isso a arte de conviver? Seria a convivência uma forma de criar a si e ao mundo? Nesta fusão ontológica entre vida e arte partimos à intervenção.

Ato 4. Artesania Clínica

Os encontros dos grupos de convivência se sustentam na composição conjunta do cotidiano, na invenção e experimentação do que será feito: vamos conversar; vamos sair; vamos comer; se vamos comer, o que comeremos? Onde compraremos? Aonde é o mercado? É longe? Quanto custa? Quem tem dinheiro? Quanto eu preciso pra comprar um sanduíche? E para comprar um carro?

Em meio aos mais diversos posicionamentos de realidade tenta-se situar uma composição compartilhada. Um espaço de ação, experimentação e acesso ao próprio corpo no mundo através dos encontros entre sensibilidades. Modos de sentir, pensar e expressar que, no caso, abrem espaço para o exercício da liberdade e da autonomia no processo grupal, partindo para uma aventura intensiva de compor encontros em ato junto ao grupo.

Nesse sentido, o terapeuta distancia-se de um lugar puramente organizador dos processos caóticos que ocorrem nas variações que emergem no grupo. O papel do terapeuta se faz ao “[...] acompanhar as cenas que, a princípio, não possuem um sentido evidente.”, mas, que, ao partirem do caos constroem formas de ser e de habitar o espaço do grupo que até então não se conhecia (PAVLOVSKY, 1995, p.54).

Dessa forma, há uma perspectiva sintonizada com uma espécie de *metodologia experimental*⁴ da arte e dos processos de invenção, na qual a ética da prontidão para o inventar

⁴ Experimentação teatral de Grotowsky e Brecht.

se coloca em primeiro plano, substituindo um modelo de vigilância e de controle implícito em várias concepções de sujeito adoecido que justificam a perda da autonomia. Nesse mesmo entendimento, Rolnik comenta essa ética da intervenção clínica como experimentação da seguinte maneira:

A ética da prática analítica implica um compromisso com os movimentos que a vida faz na tentativa de encontrar vias de afirmação criadora, o que é incompatível com uma adesão não problematizada a qualquer teoria, técnica ou instituição. [...] nessa aventura não há garantia de verdade ou de cientificidade, pois a prática analítica implica uma apreensão do problema singular que se coloca em cada contexto no qual se é chamado a intervir, correndo-se sempre o risco de fracassar. Isto torna esta prática uma arte da invenção e da experimentação [...] (ROLNIK, 1997, p.94)

Por isso, nesta metodologia se faz uma revitalização das ideias de sujeito, doença/saúde, terapeuta/paciente para se experimentar uma ética clínica que se coloca mais acurada à microscopia dos processos de subjetivação. E, ao fazer isso, acompanha-se as diversas ressonâncias que se produzem no sujeito e na própria cidade onde o mesmo circula. É um lugar de autonomia nos processos de saúde dos usuários dos grupos que se tem a intenção de produzir, saindo um pouco da premissa do terapeuta que cuida e cura e do paciente que adoece e que não tem nenhuma responsabilidade para consigo. Desta forma, entende-se que só é possível tal processo de autonomia num fazer clínico que ofereça liberdade para o instante da invenção, espécie de clínica artesanal que não possui um modelo ou *script* a seguir.

Essa espécie de clínica artesanal diz respeito a uma escuta produzida a partir das singularidades dos processos que vão se dando nos grupos de convivência. Não há uma repetição de técnicas interpretativas e mesmo padrões de modos de comportamento diante do grupo pelos integrantes. Não se busca uma produção em série de indivíduos que se adaptariam as situações de suas vidas e, que, então, poderiam novamente estar convivendo em sociedade e aliviando os abrigos em sua demanda de autonomia-mecanizada. Essa clínica artesanal faz sentido quando vista a partir de seus processos de criação de singulares, a qual nunca uma produção grupal sai igual à outra, sempre havendo diferenças entre um grupo e outro. Assim, os grupos de convivência se dão num eterno ensaiar-se para a vida.

O que daí sairá? Quais serão os novos problemas, ainda não sabemos, apenas podemos esperá-los em profusão frutífera. Das questões não esperamos respostas, mas, muitas saídas...

Ato 5. Experiências, Conclusões: Confluências

A travessia foi tateada. Com essas páginas ensaiamos transmitir aquilo que em nossos corpos guardamos da experiência junto aos grupos de convivência. Prática que enquanto criação e experimentação constante encontra-se já modificada, em pleno movimento. No entanto, almejamos através dessa escrita demarcar algumas propostas ético-estético-política que nos acompanham como bússola e possibilitam a reinvenção do cenário de cuidado e promoção de saúde dentro de nosso pequeno contexto.

O desafio é continuar a desenvolvê-las. Tomar em nossos horizontes a dimensão da convivência como exercício a ser tematizado constantemente, não restringido a prática dos grupos às instituições de abrigo, por exemplo. A pergunta deve ser expandida ao nível das relações sociais, traçando cada vez mais “linhas diagonais” em nosso tecido social (FOUCAULT, 1979, p. 24). Quais outras formas de conviver são passíveis de produzir saúde e invenção?

A ampliação da proposta ética da hospitalidade como condição de possibilidade para uma clínica artesanal abre portas a novas formas expressivas, fruto do cruzamento ontológico entre arte e vida. Exercitar o passo da hospitalidade, por conseguinte, implica um esboço de novas estilísticas de expressão, novas soluções para as problemáticas que o conviver possibilita. Ambos os movimentos, de experimentar as sensibilidades e formar modos, marcam nossos encontros em fronteiras a serem desbravadas.

Referências

BENEVIDES, R. de Barros. Dispositivos em Ação: o grupo. In: Eirado, A. et al. (Orgs.). **Saúde e Loucura**, 6. São Paulo: Hucitec, 1997. p. 91-106.

BIRMAN, Joel. Os signos e seus excessos: a clínica em Deleuze. In: ALLIEZ, Éric (Org.). **Gilles Deleuze: uma vida filosófica**. São Paulo: 34, 2000. p. 463-478.

DELEUZE, Gilles. **Crítica e clínica**. Tradução: Peter Pál Pelbart. São Paulo: 34, 1997.

_____. **Lógica do sentido**. Tradução: Luis Roberto Salinas Fortes. São Paulo: 34, 2003.

_____. **Sobre o teatro: um manifesto de menos**. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2010.

DERRIDA, Jacques. **Anne Dufourmantelle convida Jacques Derrida a falar da Hospitalidade**. São Paulo: Escuta, 2003.

FOUCAULT, Michel. **História da loucura**: na idade clássica. Tradução, José Teixeira Coelho Neto. São Paulo: Perspectiva, 2008.

_____. **Microfísica do poder**. Organização e tradução de Roberto Machado. Rio de Janeiro: Graal, 1979.

GUATTARI, Felix. **As três ecologias**. Tradução: Maria Cristina F. Bitencourt. 6. ed. Campinas, SP: Papyrus, 1997.

_____.; ROLNIK, Suely. **Micropolíticas**: cartografias do desejo. 5. ed. Petrópolis: Vozes, 1999.

PAULON, Simone Mainieri. **A desinstitucionalização como transvalorização**: apontamentos para uma terapêutica ao niilismo. *Athenea Digital*, n. 10, p. 121-136, outono 2006.

PAVLOVSKY, Eduardo. Criatividade nos grupos terapêuticos. In: HUGHET, Cláudio R.; VOLVONICH, Jorge (Org.). **Grupos, infância e subjetividade**. Rio de Janeiro: Relume Dumará, 1995. p. 53-63.

ROLNIK, Suely. Clínica Nômade. In: EQUIPE de Acompanhantes Terapêuticos do Instituto A Casa (Org.). **Crise e cidade**: acompanhamento terapêutico. São Paulo: EDUC, 1997. p. 83-97.

SOUSA, Edson Luiz André. A burocratização do amanhã: utopia e ato criativo. In: FONSECA, Tania Mara Galli; PELBART, Peter Pal; ENGELMAN, Selda. **A vida em cena**. Porto Alegre: Ed. UFRGS, 2008.